

19. Srivastava, R. "Linguistic minorities and national language". In: Coulmas, F. (ed.) *Linguistic minorities and literacy: language policy issues in developing countries*, pp. 99-114. Berlin: Mouton de Gruyter. 1983.
20. Dua, R. H. *Language use, language attitudes and language identity among linguistic minorities: a case of dakkhini speakers in Mysore*. Mysore: CIIL. 1986.
21. Os dois primeiros são adotados em Srivastava [18], e Dua [19] adiciona os itens (iii) a (v) que são baseados no desenvolvimento da linguagem, no grau de isolamento, na natureza do reforço, na comunicação interlingual e na distância da linguagem (cognato vs não cognato).
22. Subba, T. B. "Ethnicity, culture and nationalism in North-East India: a conspectus". In: Agarwala, M.M. (ed.) *Ethnicity, culture and nationalism in North East India*, pp. 39-58. New Delhi: Indus Publication. 1996.
23. É assim que as pessoas são referidas, embora sejam agrupadas linguisticamente na subfamília kuki-ccin da família tibeto-birmanesa.
24. Blair, H.; Laboucan, B. J. "The Alberta language initiative and the implications for indigenous languages". *Canadian Journal of Native Education*, 29(2), 206-214. 2006.
25. Skutnabb-Kangas, T. "Language rights and revitalization". In: Hinton, L.; Huss, L.; Roche, G. (eds.), *The routledge handbook of language revitalization*, pp. 13-21. 2018.
26. Hinton, L.; Huss, L.; Roche, G. (eds.) *The routledge handbook of language revitalization*. New York and London: Routledge. 2018.
27. Wilson, H.W. "Higher education in indigenous language revitalization". In: Hinton, L.; Huss, L.; Roche, G. (eds.), *The routledge handbook of language revitalization*, pp. 83-93. 2018.
28. Strubell, M. "Catalan a decade later." In: Fishman, J. A. (ed.) *Can threatened languages be saved? Reversing language shift, revisited: a 21st century perspective*, pp. 260-84. Clevedon, UK: Multilingual Matters. 2001.
29. Fishman, J. A. *Reversing language shift: Theory and practice of assistance to threatened languages*. Clevedon: Multilingual Matters. 1991.
30. McCarthy, T. L. "Community-based language planning: perspectives from indigenous language revitalization". In: Hinton, L.; Huss, L.; Roche, G. (eds.), *The routledge handbook of language revitalization*, pp. 22-35. 2018.

## PRESERVAÇÃO DE LÍNGUAS INDÍGENAS NA INDONÉSIA PARA A MANUTENÇÃO DA PLURALIDADE NA REGIÃO

Gatut Susanto e Suparmi

Língua e cultura são como dois lados de uma mesma moeda. As formas e a existência de ambas são diferentes, mas suas posições e funções são as mesmas em termos de valor. Isso faz da língua uma forma de manifestação, um patrimônio e um desenvolvedor cultural. Com base na perspectiva geopolítica, as línguas ocorrem em vários termos, tais como: línguas estrangeiras, idiomas nacionais, idiomas oficiais, línguas indígenas e muitos outros. As línguas estrangeiras são assim chamadas por não serem usadas pelas pessoas que moram em um determinado local. O idioma nacional, por sua vez, é assim denominado porque representa a identidade de uma nação ou porque é usado como meio de comunicação entre os cidadãos do país. Na Indonésia, a bahasa indonesia é a língua nacional e o idioma oficial do país, conforme estabelecido no artigo 36 da Constituição de 1945. Como resultado, a bahasa indonesia é utilizada como o meio oficial de instrução na educação e de comunicação entre os cidadãos, e é também a ferramenta para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura no país.

As línguas indígenas, por outro lado, são essenciais por serem estabelecidas, construídas, desenvolvidas e mantidas com base no entendimento multiétnico e multicultural. No contexto da geopolítica do país, a posição e a função da língua indígena são escolhas inevitáveis. Isso porque, quando o cidadão entende a sua língua indígena ele também entende a sua cultura regional no contexto da geopolítica da nação. O idioma indígena também pode ser chamado de língua materna ou primeira língua, por se referir à origem e ao local de seu uso. Na Indonésia, os nomes das línguas indígenas referem-se às ilhas, províncias, distritos, grupos étnicos ou aldeias do país. Consequentemente, existem várias delas na Indonésia, a saber: javanês, madurês, balinês, sudanês, banjarês, makasarese, acehnese, buginese, batak e muitas outras [1]. A distribuição das principais línguas indígenas da Indonésia estão ilustradas na figura 1.

Atualmente, a Indonésia está passando por uma perda maciça de línguas indígenas. A principal razão para isso é a assimilação linguística e cultural pelo grupo majoritário. Outros motivos se relacionam com a migração da população para as cidades e a falta de uso no cotidiano, principalmente nas áreas de educação e de trabalho [2]. O bahasa indonesia é usado e ensinado nas escolas enquanto as línguas indígenas estão perdendo sua posição na vida cotidiana. Com base nos dados dos censos ao longo das últimas três décadas, há um número crescente de falantes da bahasa indonesia, enquanto



Figura 1. Principais línguas indígenas na Indonésia [1]

o número de falantes das línguas indígenas vem sendo reduzido [1]. Como mencionado por Crystal [3], a perda de uma língua indígena é uma tragédia, pois ela leva consigo todo o conhecimento que aquelas pessoas ou grupo controlavam. Ainda, nos casos em que todos os falantes de uma língua indígena morrem, é provável que não restem pistas de sua existência e, assim, não haverá artefatos para restaurar aquela língua. Portanto, a perda de línguas indígenas é algo urgente, sobre o qual precisamos agir.

Com base nos fatos acima mencionados, fica claro que algumas ações devem ser tomadas para aumentar a conscientização sobre a importância da preservação das línguas indígenas como forma de manter a pluralidade na Indonésia. Para tanto, vale a pena investigar que tipos de ações têm sido realizadas por acadêmicos, pela agência de idiomas e pelo governo, bem como de que forma as ações foram implementadas e como têm sido desenvolvidas para preservar as línguas indígenas até o momento. Este artigo busca documentar os resultados nesse sentido, aplicando algumas etapas desenvolvidas pela Badan Pengembangan dan Pembinaan Bahasa (Agência de Fomento e Desenvolvimento de Idiomas da Indonésia) e pelas instituições de desenvolvimento e construção linguística do país: i) mapeamento, ii) vitalização, iii) conservação, iv) revitalização e v) registro das línguas indígenas.

Para responder às perguntas da pesquisa, foi realizado um estudo documental, limitado à marca histórica, à posição e à função das línguas indígenas antes e depois da independência da Indonésia. Os resultados e discussão são elaborados a seguir.

**MAPEAMENTO** De acordo com a Agência de Fomento e Desenvolvimento de Idiomas da Indonésia [4], o mapeamento de idiomas é um programa abrangente de inventário e de identificação de línguas indígenas no país que tem como objetivo determinar o número, a variação e a distribuição geográfica dos idiomas e o relacionamento entre as línguas e seus grupos.

O mapeamento de idiomas é fundamental para determinar os esforços de desenvolvimento, cultivo e proteção das línguas no país. Além disso, pode ser usado como uma estratégia para explorar as várias funções possíveis das línguas (domínio de uso), as maneiras de aquisição (transmissão entre gerações), as políticas governamentais relacionadas ao status e corpus dos idiomas, bem como as possíveis formas de proteger o idioma em uma determinada comunidade ou sociedade. Tais ações têm sido desenvolvidas pelo Masyarakat Linguistik Indonesia (Sociedade de Linguística da Indonésia; MLI), um grupo de instituições, organizações e corporações composto por acadêmicos e observadores culturais que trabalham juntos para mapear as línguas

índigenas no país. O MLI também apresenta algumas estratégias para preservar as línguas indígenas, oferecendo oficinas e treinamentos, aumentando dessa forma a conscientização sobre a importância do uso da língua indígena na vida social; além de realizar eventos educacionais e compartilhar entre si os trabalhos relacionados ao esforço de preservar e documentar os idiomas indígenas locais.

A determinação das línguas indígenas utilizadas em uma área depende do método empregado no mapeamento dos idiomas, com implicações específicas. Por exemplo, a Agência de Idiomas utiliza o método da dialectometria para analisar 400 vocabulários regionais a partir de 200 vocabulários básicos da lista de Swadesh e de 200 vocabulários culturais. Outro método empregado nos esforços para o mapeamento de línguas indígenas é a realização de observações e entrevistas. A análise do vocabulário é focada em aspectos fonológicos (sons da linguagem) e lexicais (inventário de lexemas de uma língua). Esses níveis linguísticos são considerados mais capazes de distinguir entre um idioma e outro em termos gramaticais e semânticos ou no significado de palavras e frases [5]. Os critérios para a determinação do status de distinção entre as línguas, realizado pela Agência de Idiomas no seu processo de mapeamento, são baseados no percentual de diferença entre elas, conforme segue:

- 81% ou mais: idiomas diferentes
- 51 - 80%: dialetos diferentes
- 31 - 50%: sub-dialeto diferentes
- 21 - 30%: diferenças de fala
- 20% ou menos: sem diferença

O processo de determinação de idiomas apresentado acima, facilita a distinção e o mapeamento das línguas indígenas com base em seus níveis de diferenciação. Portanto, pode-se dizer que a determinação também é uma das estratégias adotadas pela Agência de Idiomas para mapear as línguas indígenas com o objetivo de preservá-las.

**VITALIZAÇÃO** A língua indígena é uma entidade viva que precisa ser mantida e vitalizada pela comunidade de falantes do idioma, de acordo com Indrayani [6]. Tais comunidades somente podem existir em ambientes viáveis que precisam de apoio do governo, particularmente na era da globalização. Se a língua indígena não for mais usada, as comunidades e a própria língua morrerão junto com os seus últimos falantes. Portanto, a vitalização da língua indígena — ou seja, o estímulo e a garantia do seu vigor — é um ponto de preocupação que deve ser praticado com urgência para a sua preservação. A vitalidade ou viabilidade da língua indígena refere-se à intensidade do seu uso e à existência do idioma como um meio de comunicação em vários contextos sociais para fins específicos. Pode-se dizer que a língua indígena tem alta vitalidade se os seus falantes forem numerosos e se o idioma for amplamente utilizado em sua total variedade. Tais características garantem a permanência da língua indígena para que ela continue sendo utilizada no futuro [7].

Uma das estratégias de preservação da língua indígena é a sua vitalização. O principal objetivo do processo é manter o nível ou o status da vitalidade da língua afim de preservá-la de sua extinção. A partir de alguns estudos sobre as línguas indígenas da Indonésia, é necessário agora se concentrar nas próximas atividades a serem realizadas no sentido da preservação de tais idiomas. Um primeiro passo nesse sentido seria responder se é necessário ou não conduzir a conservação, a vitalização e ambos os processos ao mesmo tempo. Por exemplo, a conservação pode ser feita pela documentação de um idioma que é categorizado como extinto. Enquanto isso, a conservação e a vitalização precisam ser feitas ao mesmo tempo, se a língua estiver quase extinta ou em perigo. Existem algumas etapas específicas para a vitalização de uma língua indígena, conforme apresentado abaixo:

- i) descrever as características dos falantes da língua;
- ii) descrever a distribuição de frequência e a porcentagem de falantes em relação aos indicadores de vitalidade do idioma e sua relação com as características dos falantes;
- iii) descrever a atitude linguística dos falantes da língua, bem como a do governo;
- iv) estabelecer a condição de vitalidade do idioma com base na relação de todos os subindicadores com as características dos falantes.

Os estudos sobre a vitalidade das línguas indígenas podem ser utilizados como fonte para o aprofundamento da linguística, particularmente para o planejamento de políticas para tais idiomas. O mapeamento da vitalidade da língua é muito importante para determinar o seu desenvolvimento e as maneiras de protegê-la, seja através da sua conservação ou de sua revitalização.

A vitalidade de um idioma pode ser interpretada a partir da combinação de dois grupos de indicadores. O primeiro deles se relaciona com as características da população de falantes nativos do idioma (gênero, ocupação, origem étnica etc.). O segundo grupo é composto por subindicadores que cobrem: i) o número de falantes da língua, ii) os contatos do idioma, iii) bilinguismo, iv) posição dominante das comunidades de falantes, v) domínios de uso da língua, vi) atitudes, vii) regulamentação, viii) aprendizado, ix) documentação e x) novos desafios de mídia. O quadro 1 apresenta os critérios de vitalidade do idioma, com base na interpretação qualitativa e nos índices numéricos identificados por Wurm [8].

**CONSERVAÇÃO** A etapa de conservação corresponde aos esforços empreendidos para proteger a língua indígena com a finalidade de mantê-la em uso regularmente, além de evitar danos ao idioma e o seu desconhecimento [9]. Outra maneira importante de proteção da língua é a chamada preservação, que inclui a proteção do idioma, mas também de outros aspectos nele contidos. Nesse caso, a transferência, a recolocação e o uso de uma estratégia segura para

Quadro 1. Critérios de vitalidade do idioma

No.	Critérios de vitalidade do idioma	Interpretação qualitativa	Índice numérico
1	Extinto	Não há falantes do idioma	0
2	Criticamente em perigo	Falantes com 40 anos ou mais, e criticamente em perigo; poucos falantes, com 70 anos ou mais	0,0 - 0,20
3	Severamente em perigo	Todos os falantes com 20 anos ou mais	0,21 - 0,40
4	Definitivamente em perigo	Falantes são idosos e algumas crianças; outras crianças não usam o idioma	0,41 - 0,60
5	Estável, mas inseguro	Todas as crianças e idosos utilizam a língua, mas restam poucos	0,61 - 0,80
6	Seguro	Fora de risco; a língua deve ser estudada por todas as crianças e todas as demais pessoas do grupo étnico	0,81 - 1

preservar a língua indígena devem ser aplicados com o objetivo de expandir o acesso às informações que podem ser perdidas quando o idioma original é danificado ou extinto.

Em relação à manutenção da pluralidade na Indonésia, verifica-se que governo, instituições de idiomas, acadêmicos e “budayawan” (figura proeminente em atividades culturais) têm se esforçado para conservar as línguas indígenas na forma de obras literárias tais como livros, romances, contos ou poesia. A conservação das línguas indígenas também se dá pelo seu desenvolvimento através da organização dos sistemas fonológicos, morfológicos, sintáticos e literários ou ortográficos. Os próximos esforços no sentido de preservação dos idiomas se concentram na publicação de tais obras literárias — assim, a próxima geração ainda poderá aprender as línguas indígenas a partir dos documentos, mesmo que não consiga mais usá-la.

**REVITALIZAÇÃO** A revitalização é interpretada como um processo, método ou ação para reviver ou recuperar algo [9]. Na linguística, particularmente, a revitalização é definida como uma tentativa de melhorar a forma ou a função do uso de uma linguagem que é ameaçada [7]. É, portanto, um esforço para melhorar a vitalidade de um idioma em uma nação. No caso das línguas indígenas, abrange o seu desenvolvimento e a sua proteção, bem como o aumento do seu uso na vida cotidiana e também do número de usuários ou falantes. Ou seja, a revitalização no contexto de línguas indígenas é uma atividade que visa expandir o sistema linguístico de um idioma minoritário e criar um novo domínio em seu uso por novos tipos de falantes [7].

Com base nos resultados desse estudo, realizado por meio de observação e entrevistas, pode-se dizer que a revitalização pode ser feita pela aprendizagem da língua indígena tanto de forma clássica (em classe ou em grupo) quanto em uma comunidade específica. Para apoiar esse esforço, devem ser preparados e fornecidos documentos, livros, ferramentas, gramáticas, dicionários e materiais de ensino para a aprendizagem da língua. A revitalização de uma língua indígena deve ser feita após o conhecimento do nível de vitalidade da mesma — ou seja, a revitalização deve ser feita em casos de idiomas com um baixo nível de vitalidade ou quase em extinção.

**REGISTRO** Os resultados do mapeamento e os estudos de vitalidade, conservação e revitalização de línguas indígenas desempenham um papel importante na determinação das formas de documentação. Os processos podem ser registrados tanto em documentos impressos ou digitais, como dados de vídeo ou áudio de vários gêneros. O documento deve ser codificado em um conjunto padrão de categorias de metadados e arquivado digitalmente para que possa ser acessado através do site do programa de registro de idiomas (e literatura) ([regbahasasastra.kemdikbud.go.id](http://regbahasasastra.kemdikbud.go.id)). Além disso, os arquivos devem manter a sustentabilidade do material digital.

Um dos esforços encontrados no sentido de preservação das línguas indígenas é o registro das obras literárias. O registro ocorre em duas partes, a saber: i) o registro dos resultados de atividades de proteção de idiomas e ii) os aplicativos on-line, que documentam os resultados dos estudos sobre a conservação e a revitalização de idiomas e da literatura. Tais registros abarcam vários tipos de trabalhos:

- a. documentos sobre a afiliação genética de uma língua, seu contexto sociolinguístico, suas características fonéticas e gramaticais, além da pesquisa, gravações e documentações;
- b. gravações de áudio e de vídeo com diferentes anotações: geralmente há uma transcrição e tradução para um ou mais idiomas principais, além de informações morfossintáticas;
- c. coleção de fotografias e imagens que documentam o processo de fazer ou criar coisas, por exemplo, como construir uma casa;
- d. coleção de áudios (música) e de vídeos de atividades culturais e cerimoniais;
- e. coleção de livros, romances, contos, poemas etc.

Desde 28 de outubro de 2017, a Agência de Idiomas mapeou 652 línguas indígenas (excluindo dialetos e subdistritos) na Indonésia. Não foram identificados idiomas nas regiões leste de Nusa Tenggara, Maluku, norte de Maluku, Papua e Papua Ocidental. Os resultados do mapeamento certamente aumentarão com base no

número de novas observações feitas nessas áreas. Em outras palavras, quanto mais observação e mapeamento forem feitos, maior o número de idiomas que poderão ser encontrados.

Foi realizado o mapeamento da vitalidade ou viabilidade de 71 idiomas (com base em estudo realizado entre 2011-2017). Como resultado, 11 idiomas foram classificados como extintos, quatro idiomas estavam criticamente ameaçados, 19 idiomas estavam severamente ameaçados, dois idiomas estavam definitivamente ameaçados, 16 idiomas eram inseguros (estáveis, mas ainda assim ameaçados) e 19 idiomas eram seguros ou viáveis. A lista de idiomas que foram avaliados quanto à sua vitalidade é apresentada a seguir.

*Extintos.* São 11 idiomas no total. Na província de Maluku e no norte de Maluku: kajeli/kayeli, piru, moksela, palumata, ternateno, hukumina, hoti, serua e nila. Na ilha de Papua: tandia e mawes.

*Criticamente ameaçados.* São quatro idiomas: reta (NTT), saponi (Papua), ibo (Maluku) e meher (sudeste de Maluku).

*Severamente ameaçados.* O grupo é composto por 19 idiomas: hulung (Maluku), samasuru (Maluku), mander (Papua), namla (Papua), my (Papua), maklew/makleu (Papua), bku (Papua), mansim borai (Papua), ponosokan/ponosakan (Sulawesi), konjo (Sulawesi), bajau tungkal satu (Sumatra), lematang (Sumatra), dubu (Keerom, Papua), irarutu (Fakfak Papua), podena (Sarmi, Papua), sangihe talaud (Minahasa, Sulut), minahasa (Gorontalo), nedebang (NTT) e suwawa (Bone Bolango, Gorontalo).

*Definitivamente ameaçados.* São dois idiomas: hitu (Maluku) e to-bati (Papua).

*Inseguros (estáveis, mas ainda assim ameaçados).* O grupo é composto por 16 idiomas: buru (Maluku), lisabata (Maluku), luhu (Maluku), meoswar (Papua), kuri/profeta (Papua), aframe/usku (Papua), gresi (Papua), ormu (Papua), somu/toro (Papua), mandar (Sulawesi), minahasa (Sulawesi), kerinci (Sumatra), senggi (Senggi, Papua), pamona (Morowali, Sulawesi central), rongga (NTT) e wolio (Baubau, Celebes Central).

*Seguros.* São 19 idiomas no total: acehnese (Aceh), javanês (Java Central e Oriental), sundanês (Java Ocidental), madurese (Java Oriental), balinês (Bali), malaio (Sumatra dsk.), minangkabau (Sumatra dsk.), sentani (Papua), awban (Papua), korowai (Papua), tokuni (Papua), biak (Papua), sumbawa (NTB), bugis (Sulawesi), makassar (Sulawesi), muna (Sulawesi), awban (Yahukimo, Papua), serui (Arui, Papua) e kuri (Papua).

A Agência de Idiomas da Indonésia tem conduzido três excelentes programas no sentido de preservação das línguas indígenas, nas

linhas de mapeamento, conservação e revitalização dos idiomas. Em 2018, o mapeamento das línguas foi realizado observando algumas áreas em Papua e Papua Ocidental, Maluku e NTT. Além disso, existem 30 instituições de implementação técnica de idiomas em toda a Indonésia, que verificam os resultados do mapeamento nos anos anteriores.

Os programas de conservação e revitalização literários em 2018 focaram, primeiramente, nos estudos de vitalidade das línguas adang (East Nusa Tenggara), benggaulu (West Sulawesi) e marsela timu (Maluku). Segundo, na organização dos sistemas fonológico, morfológico, sintático e literário das línguas nedebang (East Nusa Tenggara) e klabra (Papua). Terceiro, na revitalização dos idiomas enggano (em Bengkulu), nedebang (no leste de Nusa Tenggara), dayak Bidayo (em Kalimantan Ocidental), budong-budong (em Sulawesi Ocidental) e bajau tungkal (em Jambi). Outras atividades realizadas no programa estudavam a vitalidade da literatura dolo-dolo (East Nusa Tenggara), fantoche krucil (East Java) e rayah (West Kalimantan). Em seguida, o foco será na conservação de manuscritos com temas de medicina em Java Ocidental, Sumatra do Norte e Sulawesi do Sul.

As atividades incluem, ainda, a conservação da língua falada em Nias (North Sumatra), em Java Ocidental e no norte de Maluku; e a revitalização da literatura disponível em aceh, kayat em Riau, kapata em Maluku e dolabololo, no norte de Maluku. As línguas indígenas que foram conservadas e revitalizadas no ano anterior incluem walio (Sulawesi central), rongga (Nusa Tenggara oriental), reta (Nusa Tenggara oriental), hitu (Maluku), yalahatan (Maluku central) e tobatí (Papua).

**CONCLUSÃO** A abundância de línguas indígenas é propriedade do povo indonésio. É um direito humano fundamental, que precisa ser preservado e desenvolvido. Como nação pluralista, a Indonésia é caracterizada pela existência de vários grupos étnicos e idiomas. Portanto, as línguas indígenas precisam ser preservadas e desenvolvidas para que a sua extinção possa ser evitada. A sociedade precisa perceber a importância das línguas indígenas e sua posição na Indonésia. A conscientização para a preservação dos idiomas indígenas deve ser desenvolvida envolvendo toda a comunidade — os usuários do idioma, os formuladores de políticas e as partes interessadas em preservar a diversidade desses idiomas.

As iniciativas de preservação das línguas indígenas na Indonésia, com a finalidade de manter a pluralidade da nação, permitem que se tenha uma visão geral sobre as condições de tais idiomas e de como os acadêmicos e o governo as mantêm e as preservam. Foram identificadas ações importantes no sentido de preservação das línguas indígenas, uma vez que muitas delas estão extintas ou categorizadas como criticamente ameaçadas, severamente ameaçadas, definitivamente ameaçadas, ou inseguras.

Pode-se concluir que governo, acadêmicos, pesquisadores, falantes das línguas indígenas e instituições de idiomas têm trabalhado

duro para preservar os idiomas locais por meio de ações que abrangem o seu mapeamento, vitalização, conservação, revitalização e registro. O principal objetivo de tais esforços é preservar as línguas indígenas como forma de manutenção da pluralidade da Indonésia. A preservação pode ser feita por meio da formulação e implementação de políticas e do desenvolvimento de uma atitude positiva para que o falante do idioma o use com confiança. Para isso, um importante lema local deve ser implementado na vida cotidiana do povo indonésio: *lestarikan bahasa daerah, cintai bahasa Indonésia e kuasai bahasa asing*, ou seja, “preservar a língua indígena, amar o indonésio e dominar a língua estrangeira”.

*Gatut Susanto é docente da Universidade Estadual de Malang (Universitas Negeri Malang), na Indonésia. Contato: Gatut.susanto.fs@um.ac.id*

*Suparmi é docente da Universidade Estadual Islâmica Malang (Universitas Islam Negeri Maulana Malik Ibrahim Malang), na Indonésia. Contato: suparmi@uin-malang.ac.id*

## REFERÊNCIAS

1. Lauder, A. F.; Multamia, R. M. T. “Language treasures in Indonesia”. In: *Words and worlds: world languages review*, pp 95-97. 2005.
2. Riza, M.. “Indigenous languages of Indonesia: creating language resources”. Proceedings of the IJCNLP-08 Workshop on NLP for Less Privileged Languages, pp. 113-116. 2008.
3. Crystal, D.. *Language death*. Cambridge: Cambridge University Press. 2000
4. Badan Pengembangan dan Pembinaan Bahasa Kementerian Pendidikan dan Kebudayaan. 2011. Undang-Undang Republik Indonesia Nomor 24 Tahun 2009 tentang Bendera, Bahasa, dan Lambang Negara serta Lagu Kebangsaan. Jakarta. Sekretariat Negara Republik Indonesia.
5. Ismadi, H. D.. Kebijakan Perlindungan Bahasa Daerah dalam Perubahan Kebudayaan Indonesia. Badan Pembinaan dan Pengembangan Bahasa. 2018. <http://badanbahasa.kemdikbud.go.id/lamanbahasa/artikel/2542/> Retrived on february 4, 2019.
6. Indrayani, L. M.. “Language vitality: a case of sundanese language as a surviving indigenous language”. Paper oresented at Language Maintaenance and Shift Seminar. Indonesia. 2011.
7. King, K. A.. *Language revitalization processes and prospects: Quichua in the Ecuadorian Andes*. Paris: Multilingual Matters LTD. 2001.
8. Wurm, A. S.. *Strategies for language maintenance and revival*. Bradley 2002, Ed. pp. 11 – 23. 2002.
9. Pengembang KBBI Daring. 2017. “Kamus Besar Bahasa Indonesia Daring” dalam <https://kbbi.kemdikbud.go.id/>. Retrieved on february 20, 2018.

## EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL: MULTILINGUISMO E INTERCULTURALIDADE EM FOCO

Edleise Mendes

**CENÁRIO INICIAL: OS DESAFIOS DA DIVERSIDADE** Em diferentes contextos de contato entre línguas e culturas, enfrentamos os desafios de compreender a diversidade através do modo como as pessoas, dependendo da situação, interagem com outras, comunicam-se e projetam suas identidades. No contexto contemporâneo do ensino de línguas, esses espaços cada vez mais complexos exigem de gestores, pesquisadores e professores a elaboração de políticas linguísticas que promovam a criação de áreas de diálogo intercultural capazes de construir a cooperação entre pessoas e sociedades. Nessa perspectiva, as línguas podem desempenhar um papel importante como mediadoras, atuando como espaços de negociação e construção de conhecimento, através da valorização da diferença e da promoção da diversidade.

O Brasil é um país diverso do ponto de vista linguístico e cultural e está entre os dez países mais multilíngues do mundo, entre os quais estão a Índia, a Indonésia e a China, por exemplo. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram registradas no Censo de 2010, 274 línguas indígenas faladas, e a essas se somam em torno de 50 línguas de imigração, além das Libras (Língua Brasileira de Sinais) e do português, que é a língua majoritária. Essa enorme diversidade representa um grande desafio para o sistema educacional, sobretudo quando consideramos as comunidades falantes de outras línguas que não o português, como as comunidades indígenas.

De acordo com dados da Fundação Nacional do Índio (Funai), a população indígena brasileira, desde 1500 até a década de 1970, decresceu bastante e muitos povos e suas línguas foram extintos, tendo a população indígena saltado de três milhões em 1500 para 70 mil em 1957 (tabela e gráfico 1). Embora os relatos históricos lamentem esse extermínio e ressaltem o impacto desse acontecimento para o Brasil, grande parte da população brasileira não percebe que, de certo modo, outras formas de extermínio continuam em curso no país.

A partir da década de 1970, como mostram a tabela e o gráfico 1, a população indígena começou a crescer, principalmente, porque os mecanismos de monitoramento dessa população mudaram, com a inclusão dos indígenas no Censo demográfico nacional a partir de 1991.

Os dados do último Censo demográfico realizado pelo IBGE mostram que, em 2010, a população indígena brasileira era de 817.963 pessoas, das quais 502.783 viviam na zona rural e 315.180 habitavam as zonas urbanas brasileiras.

As comunidades indígenas estão espalhadas nas cinco regiões brasileiras, em todos os estados da federação, inclusive no Distri-